

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demolnpenho Econmico-Financeiro - O ano de 2016 apurou uma margem liquida de 3,2%, resultado de uma boa gestao do sinistro que se manteve em 78,4%, abaixo da media do setor. Essa boa gestao combinada ao controle de custos nos permitiu gerar caixa para seguirmos com nossos investimentos e constituicao constante de novos ativos garantidores sem a necessidade de tomada de recursos no mercado.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em reais-R\$)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em reais-R\$)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Plena Saúde Ltda. ("Operadora") é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem o objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar. Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob nº 34.863-0 e em 31 de dezembro de 2016 está classificada na categoria Operadora de porte médio, por possuir mais de 20.000 e menos de 100.000 beneficiários. As atividades da Operadora estão concentradas na sua matriz localizada na cidade de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras da Operadora, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, a análise de crédito para a cobertura de riscos, a análise do risco de crédito para a determinação da provisão para perdas sobre créditos de contratação efetiva, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Operadora em 24 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3.1. Reconhecimento das Contraprestações e Eventos Indenizáveis Líquidos: O resultado das operações (receitas e custos) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:
- Contraprestações Pecuniárias (Receitas): são reconhecidas na extensão em que provável que benefícios econômicos serão gerados e quando passa ser mensurada de forma confiável. As contraprestações líquidas / Prêmios retidos compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma "pro-rata" dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante referente a eventos indenizáveis ocorridos e não avisados - PEONA.
- Eventos Indenizáveis Líquidos (Custos): são os serviços prestados pelos profissionais, por serviços e clínicas conveniadas e são reconhecidos pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos (data do aviso), juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados.
3.2. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda funcional da entidade, ou seja, o Real Brasileiro. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).
3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras Não Vinculadas a Provisões Técnicas: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos Financeiros no valor justo por meio do resultado".
3.4. Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas: Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lesto do total das despesas decorrentes da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS "Agência Nacional de Saúde". As aplicações financeiras estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo "Caixa e equivalentes de caixa", por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.
3.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde: São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações Efetivas (receitas) de assistência à saúde, conforme ANS nº 37/2013.
3.6. Ativos Imobilizados: A provisão para perdas sobre créditos de contratação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias, em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiária pessoa física e o cálculo engloba não só parcelas em atraso, mas também, todas as parcelas de um beneficiário que tenha pelo menos uma parcela em atraso, de acordo com a posição da data dos Saldos em Aberto. A administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira. Destacamos que, tendo em vista o giro da carteira das suas contas a receber, não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 2015.
3.7. Ativos Intangíveis: São ativos intangíveis não identificáveis, com prazo de validade indefinido, que são avaliados pelo valor de mercado. A administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira. Destacamos que, tendo em vista o giro da carteira das suas contas a receber, não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 2015.
3.8. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "Impairment"): De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS 36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução do valor de recuperação de ativos; e (ii) em eventual perda por redução do valor de recuperação de ativos, quando do objetivo de complementar o teste de perda por redução, quando aplicável, por redução do valor de recuperação de ativos. Quando essa evidência é identificada, e quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. A Operadora efetuou testes de impairment e não ocorreu indicativo de perdas e, portanto, inexistiu provisão para perdas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.
3.9. Eventos a Liquidar com Operações de Assistência à Saúde: Os eventos a liquidar com operações de assistência à saúde são registrados de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Os eventos a liquidar com operações de assistência à saúde são registrados de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Os eventos a liquidar com operações de assistência à saúde são registrados de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Modalidades Tipo de Operação 2016 2015
Numerário mantido à vista em instituições financeiras Conta-corrente bancária 202.999 800.682
Total 202.999 800.682

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS
Modalidades 2016 2015
Títulos de Renda Fixa 12.916.195 7.370.263
Total 12.916.195 7.370.263

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS NÃO VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS
Modalidades 2016 2015
Aplicação em Renda Fixa CDB/CDI 1.473.616 4.103.455
Aplicações financeiras em carteira de ações e fundos de investimentos 448.861 307.444
Total 1.922.477 4.410.899

7. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA/PRÊMIOS A RECEBER
Planos Coletivos - Pessoa Jurídica 1.481.352 585.151
Planos Individual/Familiar - Pessoa Física 4.574.911 1.426.298
Total 6.056.263 2.011.449
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC) (1.588.016)
Total 4.468.247 2.011.449

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica 618.583 595.014
CSL - Contribuição social sobre o lucro 56.571 63.680
Outros impostos e contribuições 25.576
Total 700.730 658.694

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER
Adiantamento a funcionários 2016 2015
Adiantamentos diversos 160.525 1.142.706
Outros títulos a receber 184.703 6.720
Total 345.228 1.177.207

10. DEPOSITOS JUDICIAIS
Descrição Taxa anual Depreciação 2016 2015
Edificações 4% 1.500.000 1.500.000
Instalações 10% 216.880 207.314
Máquinas e equipamentos 10% 367.473 213.166
Equipamentos de informática 20% 1.346.519 711.166
Móveis e utensílios 10% 595.917 434.874
Veículos 20% 553.376 384.406
Imobilizações em curso 10% 73.358 73.358
Total do custo do imobilizado 4.653.573 3.524.284
(-) Depreciação acumulada (1.256.260) (946.243)
Imobilizado, líquido 3.397.313 2.580.049

11. IMOBILIZADO, LÍQUIDO
Descrição Taxa anual Amortização 2016 2015
Sistema de informação 20% 215.968 64.614
(-) Amortização acumulada (30.906) (11.324)
Total 182.962 53.290
Movimentação do ativo intangível
Saldo inicial 2016 2015
(+/-) Baixas (24.830)
(+/-) Depreciação e amortização (319.275) (298.002)
Saldo 182.962 53.290

12. INTANGÍVEL, LÍQUIDO
Descrição Taxa anual Amortização 2016 2015
Sistema de informação 20% 215.968 64.614
(-) Amortização acumulada (30.906) (11.324)
Total 182.962 53.290
Movimentação do ativo intangível
Saldo inicial 2016 2015
(+/-) Baixas (24.830)
(+/-) Amortização (19,582) (11,115)
Saldo 182.962 53.290

13. PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
13.1. Provisões Técnicas:
Provisões Técnicas 2016 2015
Provisão para contraprestações emitidas e não ganhas - PPGC (i) 2.381.356 2.121.553
Provisão de eventos e sinistros a liquidar - SUS (ii) 6.735.260 4.899.351
Provisão de eventos e sinistros a liquidar - REDE CREDECENADIA (iii) 735.526 645.631
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv) 6.449.855 5.720.958
Total 16.301.997 13.387.492
(i) Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPGC: Conforme Resolução Normativa ANS nº 314/12 e 322/13, a partir de janeiro de 2013, referem-se as contraprestações e prêmios provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde que são contempladas as parcelas da (PPGC) de forma "pro-rata-die" e são apuradas as parcelas de prêmios ou contribuições não ganhas, em contrapartida às receitas de contraprestações são reconhecidas no período de vigência contratual. (ii) Provisão de Eventos Sinistros a Liquidar para o SUS - o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos, composto por:
ABI x % Débitos Pen- dentes (b) Parcelados Total
Dez/2016 Passivo Circulante 1.240,879 4.733,275 761,106 6.735,260
Dez/2015 Passivo Circulante 1.126,150 3.688,711 84,490 4.899,351